

ATA DA 19ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 16 de novembro de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

1 Aos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e onze, às
2 nove e trinta horas, na sala dos Órgãos Colegiados do Ministério
3 Público do Estado do Ceará, na sede da Procuradoria Geral de
4 Justiça - PGJ, reuniram-se para a 19ª Reunião Extraordinária do
5 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
6 - CEG/FDID, sob a Presidência do **Dr. Germano Vieira da Silva**,
7 Vice-Presidente do Conselho representando a **PGE** e as
8 Conselheiras e Conselheiros adiante indicados: **Dr. Antonio**
9 **Geovânio Saraiva Taveira**, representando o Conselho de Políticas
10 e Gestão do Meio Ambiente - **CONPAM**; **Dra. Anna Christina**
11 **Linhares Freire de Moraes**, representando a Secretaria da Cultura
12 do Estado do Ceará - **SECULT**; **Dra. Stela Silvia Ponte Soares**,
13 representando a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação
14 Superior - **SECITECE**; **Dra. Rimena Alves Praciano**, representando a
15 Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - **SESA** **Dra. Vanja**
16 **Fontenele Pontes**, representando o Centro de Apoio Operacional de
17 Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo, Patrimônio
18 Histórico e Cultural - **CAOMACE**; **Dra. Nádia Costa Maia**,
19 representando o Programa Estadual de Proteção e Defesa do
20 Consumidor - **DECON**; **Dra. Ana Mônica Filgueiras Menescal**,
21 representando a Secretaria da Fazenda - **SEFAZ**; **Dr. Carlo**
22 **Ferrentini Sampaio**, representando a Secretaria do Turismo do
23 Estado do Ceará - **SETUR**. Justificou Ausência: a representante da
24 Procuradoria Geral de Justiça - **PGJ** e o representante da
25 Promotoria do Meio Ambiente e Planejamento Urbano - **PJMA**;
26 Faltou: o representante da Assembléia legislativa do Estado do
27 Ceará - **AL**. Sem Representação: as 03 (três) ONG's. **Dr. Germano**
28 **Vieira da Silva** - Bom dia senhores membros do Conselho. Vamos dar
29 início aqui aos nossos trabalhos de hoje seguindo a nossa pauta.
30 De início eu quero registrar e dar as boas vindas ao novo membro
31 do Conselho a Dra. Nádia Costa Maia que agora está representando
32 o DECON e, também mencionar que por causa justificada a SECITECE
33 hoje é representada pela Dra. Stela Silvia Ponte Soares em
34 substituição a Marilene da Páscoa Barros, e a Helena da SEFAZ
35 pela Ana Mônica. Dando início a nossa pauta nós precisamos
36 analisar e aprovar, sendo o caso, a Ata da 18ª Reunião
37 Extraordinária. Pergunto a Ivonete se foi encaminhada por e-mail
38 essa ata para todos os Conselheiros. **Maria Ivonete Batista**
39 **Albuquerque** - Foi enviada a todos os Conselheiros no dia 07 de
40 novembro. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Certo. Eu também recebi.
41 Pergunto se aprovamos a Ata ou há alguém contrário a essa
42 deliberação. Aprovamos então? Aprovada a Ata da 18ª Reunião
43 Extraordinária. Na sequência da nossa Pauta: Apresentação dos
44 demonstrativos dos valores recolhidos ao Fundo referentes aos
45 meses de setembro, outubro e também o Relatório do terceiro
46 trimestre de 2011. Eu andei verificando aqui nos meus papéis, há

47 o relatório de outubro, mas não há o de setembro. Pergunto se
48 vocês todos têm. Eu não tenho o de setembro aqui. Pergunto se
49 alguém mais está sem o de setembro. **Dr. Carlo Ferrentini Sampaio**
50 - Eu estou sem o de setembro. **Dr. Germano Vieira da Silva** -
51 SETUR está sem o de setembro. Na verdade, o de setembro está
52 junto com a publicação dos Termos de Descentralização de Crédito
53 Orçamentário. Estão aí? Então, só para uma rápida análise: no
54 mês de setembro, o saldo do exercício anterior - R\$2.739.725,76
55 (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, setecentos e
56 vinte e cinco reais e setenta e seis centavos), houve depósitos
57 no valor de R\$183.076,61 (cento e oitenta e três mil, setenta e
58 seis reais e sessenta e um centavos), rendimentos R\$
59 25.533,11 (vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e três reais e
60 onze centavos), perfazendo um total nessa soma de R\$
61 208.609,72 (duzentos e oito mil, seiscentos e nove reais e
62 setenta e dois centavos). A soma desses créditos com o saldo
63 anterior ficou R\$ 2.948.335,48 (dois milhões, novecentos e
64 quarenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta
65 e oito centavos). Não foi debitado, esse saldo não foi debitado
66 no mês de setembro. Já o demonstrativo do mês de outubro
67 tínhamos esse saldo anterior de R\$ 2.948.335,48 (dois milhões,
68 novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco
69 reais e quarenta e oito centavos). Houve depósitos no valor de
70 R\$ 35.619,03 (trinta e cinco mil, seiscentos e dezenove reais e
71 três centavos), rendimentos da ordem de R\$ 25.283,15 (vinte e
72 cinco mil, duzentos e oitenta e três reais e quinze centavos).
73 Logo a soma desses créditos, depósitos mais rendimentos foi de
74 R\$ 60.902,18 (sessenta mil, novecentos e dois reais e dezoito
75 centavos), perfazendo um saldo total de R\$ 3.009.237,66 (três
76 milhões, nove mil, duzentos e trinta e sete reais e sessenta e
77 seis centavos). Observe-se que houve um decréscimo aqui no valor
78 dos depósitos do mês de setembro para o mês de outubro, não é
79 isso? E também pessoal o Relatório Trimestral que todos vocês
80 têm aí também do Demonstrativo Financeiro do Terceiro Trimestre
81 desse ano de 2011, que é independente desses demonstrativos que
82 nós vimos que são por mês. Nós temos aqui o demonstrativo do
83 Terceiro Trimestre. Saldo do mês de R\$ 2.668.973,38 (dois
84 milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e setenta
85 e três reais e trinta e oito centavos). Depósitos R\$ 380.534,91
86 (trezentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e quatro reais e
87 noventa e um centavos). Rendimentos 78.780,84 (setenta e oito
88 mil, setecentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos).
89 Então, depósitos mais rendimentos, a soma desses créditos deu R\$
90 459.315,75 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e
91 quinze reais e setenta e cinco centavos). Houve débitos nessa
92 conta no valor de R\$ 179.953,78 (cento e setenta e nove mil,

93 novecentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos).
94 O saldo do exercício do Terceiro Trimestre foi de R\$
95 2.948.335,78 (dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil,
96 trezentos e trinta e cinco reais e setenta e oito centavos). Na
97 sequência da nossa pauta precisamos ter o conhecimento aqui do
98 Acórdão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará sobre a
99 prestação de contas do Fundo no ano anterior, no ano de 2010.
100 Todos os membros também têm em mãos cópias, tanto do Parecer
101 como do Acórdão lá do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
102 Peço que acompanhem aqui junto comigo aqui. Eu vou ler em suma o
103 final do Parecer e também a conclusão do Acórdão, certo? Para
104 agilizar eu vou ler. Todos devem ter todo o teor do Acórdão como
105 também do Parecer. Vou ler o finalzinho aqui do Parecer, após a
106 análise das contas, não é isso? Conclusão do Parecer: "Diante do
107 exposto, a 9ª Inspeção de Controle Externo, no uso de suas
108 atribuições legais, CERTIFICA, para os devidos fins que as
109 Contas Anuais sob exame se revestem de forma regular, e, na
110 oportunidade, submete o feito à consideração superior, propondo
111 que sejam as Contas Anuais do Fundo de Defesa dos Direitos
112 Difusos do Estado do Ceará - FDID, relativas ao exercício
113 financeiro de 2010, julgadas regulares, dando-se quitação plena
114 à responsável, Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto -
115 Procuradora Geral de Justiça, nos termos dos artigos 1º, inciso
116 I, 15, inciso I, 16 e 22, inciso I, da Lei nº 12.509/95". Essa é
117 a conclusão do parecer, e aí nós temos o julgamento das contas.
118 Voltando um pouco, acompanhem comigo o que acordou a 1ª Câmara
119 do TCE julgando essas contas. É aí é onde está o que nos
120 interessa, é importante até que discutamos aqui isso. ACORDA A
121 PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ, por unanimidade
122 de votos, em julgar regular, com ressalva, a Prestação de Contas
123 Anual do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará
124 - FDID, referente ao exercício financeiro de 2010, dando-se
125 quitação à respectiva responsável, bem como determinar que a
126 atual gestão do FDID realize um planejamento mais interligado
127 com seu orçamento, evitando a não realização de
128 projetos/atividades dispostos na LOA (Lei Orçamentária Anual),
129 consoante sugestão do Ministério Público de Contas, com
130 posterior arquivamento dos presentes autos". Ou seja, e aí eu
131 agora faculto a palavra aos membros que assim quiserem se
132 manifestar sobre essa questão, que é algo que nós sempre
133 discutimos aqui, que é a ausência de projetos para que esse
134 dinheiro que está depositado ele seja efetivamente utilizado
135 para seu fim legal. De minha parte, eu estava até discutindo
136 aqui há pouco com algum dos membros o seguinte: que já veem
137 sendo adotadas medidas para que esse problema seja minimizado,
138 para que haja mais participação, inclusive com acento no próprio

Conselho de outras entidades. Isso já vem sendo adotado. E aí eu faculto a palavra para o membro que queira se manifestar sobre essa matéria. Só uma parte, porque de certa forma há um ponto do parecer aqui que é interessante que eu relembre, que eu chame atenção para ele. No Parecer, às fls. lá do TCE 163, se vocês puderem me acompanhar, lá nos índices de desempenho, série histórica, nós temos: a execução da despesa, no ano de 2010 foi equivalente a 12,62%. Isso é um ponto importante. Então Dra. Vanja a palavra está facultada. Me desculpe. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Não, não, eu queria... Como eu cheguei e já pelo motivo que todos sabem, eu não estava aqui na hora da discussão, eu queria só me inteirar, e estou dando uma olhadinha agora. Desculpa. **Dra. Nádia Costa Maia** - A primeira coisa que eu queria colocar é assim: todo mundo concorda que existe distanciamento entre o planejado e o executado? Quer dizer, vocês... Esse distanciamento não já vinha sendo sentido? Não já vinham sido adotadas algumas medidas pertinentes a isso? Nesse caso, eu acho que a recomendação é até de certa forma redundante no sentido de que já havia sido identificado essa questão, e essa questão já vinha sendo trabalhada. Pelo menos é o que eu tinha lido nos relatórios que me foram passados anteriormente pela Ivonete, que ela fez a gentileza de compilá-los todos numa pasta, e me passar a maioria das atas por e-mail. Então, eu vi que essa questão já havia sido discutida aqui anteriormente. Quer dizer, esse distanciamento que pode realmente resultar em perda de eficiência nesse ponto não há a menor dúvida, já havia sendo sentido, internamente, já havia sido discutido e já estavam sendo adotadas determinadas práticas, tipo em relação ao Manual dos Projetos, como devem ser os projetos apresentados e que esses projetos tenham o acompanhamento devido. Quer dizer, eu acho que quando ele coloca isso, quando o Dr. Rholden coloca essa questão, ele coloca de acordo com o que ele analisou de documentos, talvez ele não teve acesso as atas das outras reuniões para perceber que o próprio FDID já havia no seu Conselho Gestor percebido esse problema e tentado solucioná-lo. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Com licença, SESA, Rimena. Eu posso ter entendido mal, mas eu entendi que o Tribunal se referiu aos valores de recursos que estão na conta do Fundo e não estão sendo utilizados. Eu entendi dessa forma. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Exato. **Dr. Carlo Ferrentini Sampaio** - É o seguinte: a série histórica aqui denota claramente um crescimento exponencial aqui com relação ao uso dos recursos. Há de convir também que o dado de 2010... Deixe-me voltar aqui na segunda página. Com relação a 2010, me perdi... Pronto. O relativo a 2010, eu acho que o índice deveria ser superior a esse, não esquecendo que foi um ano eleitoral, tivemos muitas baixas com

185 nossas reuniões, falta de quorum que eu acho que superou
186 bastante. Quando eu assumi a Secretaria lá, eu recebi ai essa
187 informação do meu antigo ocupante do cargo dizendo que: não tem
188 muita importância, essa coisa toda, mas eu fiz questão de
189 frequentar o máximo possível. Mas eu reparei que essa
190 informação... Eu acho que é inerente, e eu acho que esse índice
191 poderia ser superior. Então, se você analisar pela série
192 histórica, a gente ver que teve um crescimento exponencial ai no
193 uso dos recursos. Então, acho o parecer interessante, mas se
194 você analisar os números você vai ver que dá um crescimento
195 grande. Não quero dizer com isso que já está bom, é claro. Acho
196 que estamos ai fazendo processos, melhorando bastante a
197 condição. Acho também que não sei como vão sugerir alguma coisa,
198 pois pelo o que a gente pegou esse ano, nós tivemos ai um
199 quantitativo muito grande de projetos que demandou um trabalho
200 extra de cada um de nós. Acho também que muitos trabalhos vieram
201 com erros de origem que inclusive foram inviabilizados por esse
202 motivo. Acho que tivemos um trabalho muito grande até para
203 fazermos a seleção desses trabalhos, os que foram aprovados.
204 Tivemos problemas para fazer isto, e ao que me recorde havia uma
205 insuficiência de dinheiro para contemplar todos os projetos.
206 Alguns foram vetados inclusive porque nós não tínhamos mais
207 recursos. Então, acho que o uso para este ano teremos uma
208 estatística positiva. Se não me falho a memória ou se a minha
209 análise estiver incorreta, nós teremos um... O valor vai ser
210 diferenciado ou não? **Dra. Nádia Costa Maia** - Nós já tivemos uma
211 preliminar para este ano? **Dr. Carlos Ferrentini Sampaio** - Em
212 2011. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Mais Alguém? Rimena? **Dra.**
213 **Vanja Fontenele Pontes** - Bom, eu como todos sabem, de vez em
214 quando eu participo, e por coincidência, eu participei da
215 reunião em que foram negados alguns dos programas, dos projetos,
216 desculpas, porque faltavam algumas regularidades que agora não
217 me ocorrem. Inclusive eu dei um parecer sobre um dos projetos.
218 Foram feitas as correções, e me parece que eles foram depois
219 aprovados. O que me faz lembrar o seguinte: nós precisamos de
220 alguma maneira por parte das instituições e das entidades que
221 apresentam pleitos para o FDID, nós precisamos de alguma maneira
222 agilizar esses processos. Porque se a gente verifica aqui são
223 três milhões de reais que tanto os órgãos públicos, nós, por
224 exemplo, o Ministério Público, inclusive, precisamos dispor...
225 Porque se a gente fizer aqui uma pergunta, uma indagação a todos
226 os órgãos, todos os órgãos precisam de tudo. **Dra. Rimena Alves**
227 **Praciano** - A senhora se lembra da sabatina que eu passei aqui
228 para aprovar aquele projeto. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** -
229 Exatamente. Lembro-me. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Foi uma luta
230 para eu gastar aquele dinheiro. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** -

231 Exatamente. Então a gente precisa realmente ter zelo
232 indispensável, o zelo com o erário. Isso aí, nós não podemos
233 prescindir disso de forma nenhuma. Agora nós precisamos de
234 alguma maneira sermos ágeis e ao mesmo tempo eficientes para que
235 possamos usar esse dinheiro. Tanto nós na apreciação, quanto os
236 que pleiteiam os valores, precisam realmente criar uma
237 estrutura. Nós precisamos criar uma estrutura de tramitação mais
238 ágil aqui dentro, e para isso a gente precisa pensar nessa
239 questão, porque de fato, são mais de três milhões de reais que
240 nós dispomos. Para nós Ministério Público, se a gente pudesse
241 dispor de um milhão disso aqui ia ser maravilhoso. **Dra. Rimena**
242 **Alves Praciano** - Mas tem um percentual aí... **Dra. Vanja**
243 **Fontenele Pontes** - Não, eu estou falando do montante. Tem o
244 percentual que o Ministério Público pode dispor. **Dra. Rimena**
245 **Alves Praciano** - Para a modernização... **Dra. Vanja Fontenele**
246 **Pontes** - Isso. Então o que é que me ocorre aqui rapidamente
247 pensando, expondo um pensamento que me ocorreu agora. Eu acho
248 que o Ministério Público precisa divulgar mais entre os seus
249 órgãos a disponibilidade do FDID, e aí pode ser que o volume de
250 projetos seja maior, e a gente possa deferir ao Ministério
251 Público dentro do percentual que ele dispõe no FDID dos recursos
252 necessários. E nós aqui, internamente, fazendo o nosso *mea*
253 *culpa*, precisamos comparecer as nossas reuniões. Nós temos aqui
254 uma lista de presença, não é? Precisamos comparecer e sermos
255 céleres aqui nas nossas discussões. A gente tem aqui quem
256 compareceu efetivamente, e quem faltou. Então a gente precisa
257 também se posicionar em relação a isso, porque uma parte desse
258 atraso é responsabilidade nossa, Conselheiros. Se nós levarmos
259 uma informação dessa aí para fora, três milhões de reais que não
260 são utilizados, é uma coisa inacreditável. **Dra. Rimena Alves**
261 **Praciano** - Doutora, o índice de execução é um percentual de
262 12,62%. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - É. Por mais que seja
263 crescente de um ano para outro, eu acho que a gente não deve se
264 conformar com isso. **Dra. Nádia Costa Maia** - Tem razão. **Dra.**
265 **Vanja Fontenele Pontes** - Não estamos utilizando aquilo que
266 deveria. E os nossos serviços servem à comunidade. Sejam os
267 órgãos públicos, sejam os entes não governamentais. Tudo
268 serve para a coletividade. Então, a gente precisa de fato aqui
269 discutir, e eu acho que a primeira providência é: comparecimento
270 e chegada e início dos trabalhos na hora certa. Então essa deve
271 ser a primeira providência, porque a gente adia alguma das
272 nossas reuniões e tendo até que nos dispomos a reuniões
273 extraordinárias. Eu acho até que a gente deveria ter mais
274 reuniões extraordinárias para poder alcançar os objetivos a que
275 se destina esses três milhões de reais, mais de três milhões de
276 reais. Então, eu acho que a gente poderia pensar nisso logo.

277 Eram essas. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Obrigado. Diante do
278 que a Dra. Vanja falou, eu vou até aproveitar para entrar no
279 quarto ponto da nossa pauta que é a discussão sobre a alteração
280 da legislação referente à apresentação de projetos no exercício
281 de 2012. Fui informado, até porque isso ocorreu antes da minha
282 presença aqui no Conselho, enquanto representante da PGE, que
283 foram formadas duas comissões, não é isso Ivonete? Duas
284 comissões justamente para estudar e viabilizar alterações na
285 legislação, no regramento desse Fundo para a utilização desse
286 Fundo, certo? E fiquei até surpreso porque essas comissões, duas
287 não se reuniram ainda para tratar do assunto, e também não há
288 por parte aqui da Rimena que é integrante de uma dessas duas
289 comissões, de um desses grupos de trabalho várias propostas para
290 essas alterações. No entanto, o grupo em si não se reuniu, não
291 houve o trabalho esperado. Então, diante disso eu gostaria de
292 propor aos membros aqui o seguinte: primeiro - que nós tenhamos,
293 definamos quem são esses membros dessas comissões, grupos de
294 trabalho que no momento não sei. Eu, pessoalmente, não sei quem
295 são, e segundo - quem são, se alguns desses membros já foram
296 substituídos no Conselho, ou não têm interesse mais em
297 participar que seja formado um novo grupo, e que diante mão já
298 seja agendada inclusive reunião para esse grupo, porque do
299 contrário não vai atingir essa finalidade, certo? Então eu
300 pergunto primeiro aqui a Ivonete que são os integrantes desses
301 dois grupos. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Eles mudaram.
302 Agora é a Rimena, era representante da Assembleia Legislativa,
303 mas o Deputado saiu, e tinha outra pessoa... **Dra. Vanja**
304 **Fontenele Pontes** - Tem um integrante que saiu. Declinou. Eu vou
305 sugerir a entrada do DECON. **Dra. Rimena Alves Praciano** - O
306 Edital deve ser lançado em janeiro, daqui a um mês. Nós vamos
307 está com o Edital, a minuta para ser aprovada e lançada em
308 fevereiro. Então se a gente quer... **Dra. Vanja Fontenele Pontes**
309 - Uma alteração tem que se reunir. **Dra. Rimena Alves Praciano** -
310 Agilizar, não é? Uma maneira de utilizar esses recursos do Fundo
311 a oportunidade é essa da gente tentar facilitar o processo, como
312 a senhora muito bem disse. Tentar acelerar, o processo mais
313 célere para otimizar o nosso trabalho aqui no Fundo que é o que
314 o Tribunal está nós cobrando e é o que eu venho dizendo aqui a
315 longas datas. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - E com justa razão.
316 **Dra. Rimena Alves Praciano** - Então eu me proponho. Eu já tenho
317 experiência muitos anos com os editais de licitação, compreendo,
318 como também tenho lá na Cultura com os Editais dos concursos da
319 cultura. Então por isso sempre me disponibilizei, mas
320 formalmente nunca avançamos nesse processo. **Dra. Vanja Fontenele**
321 **Pontes** - Então eu acho, eu sugiro seu Presidente, que a gente
322 refaça essa comissão e dê prazo para essa comissão para

323 apresentar a minuta aqui, não é? **Dr. Germano Vieira da Silva** -
324 Claro. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - E o prazo? A minha sugestão
325 seria uma reunião extraordinária ou a próxima reunião já que nós
326 estamos premidos realmente pelo tempo. **Dr. Germano Vieira da**
327 **Silva** - Claro. De início esse grupo de trabalho já não são dois,
328 é só um grupo de trabalho, não é isso Ivonete? **Maria Ivonete**
329 **Batista Albuquerque** - Dra. Socorro formou um grupo de trabalho
330 composto por três pessoas. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Essa
331 situação, esse grupo de trabalho, ele está intimamente
332 relacionado com um outro problema do nosso conselho aqui que é a
333 frequência dos membros, certo? Está intimamente relacionado. No
334 caso das faltas, das reiteradas ausências da Assembleia
335 Legislativa, do representante da Assembleia Legislativa que eu
336 pessoalmente não conheço ainda. Mas em face das reiteradas
337 ausências, se não me engano, na última reunião foi deliberado
338 pelo Conselho de que fosse adotada uma providência, e assim foi
339 feita. Em virtude das normas que regem as reuniões do Conselho,
340 foi visto que diante de duas ausências injustificadas ou três
341 justificadas, já deve ser adotada uma providência. No caso do
342 representante da Assembleia Legislativa foi um pouco além. Eu
343 pedi para que fosse feito esse levantamento de faltas e aqui
344 está constando sete faltas injustificadas e me parece que uma só
345 justificada. Então, diante dessa situação, já foi encaminhado
346 ofício à Presidência da Assembleia Legislativa informando dessas
347 ausências, do prejuízo que isso pode acarretar, e também
348 solicitando que fosse indicado um novo representante, não é isso
349 Ivonete? Confirme comigo aqui, por favor. Então foi encaminhado
350 e até o momento não houve resposta. **Dra. Nádia Costa Maia** -
351 Quando foi enviado o ofício? **Maria Ivonete Batista Albuquerque** -
352 Mais de dois meses. **Dra. Nádia Costa Maia** - Mais de dois meses?
353 **Dr. Germano Vieira da Silva** - Acho que faz menos que isso,
354 porque eu lembro que o representante da Assembléia ficou para
355 relatar um dos projetos e ele não veio e nem mandou o projeto e
356 isso ficou... **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Foi o ofício e
357 ele veio e relatou o projeto. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Mas
358 não para a reunião. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Veio
359 para reunião e trouxe o projeto que devido a sua ausência foi
360 passado para o CONPAM relatar, mas o CONPAM não teve acesso a
361 esse, mas apenas a nota técnica. Ele veio e relatou o projeto.
362 **Dr. Germano Vieira da Silva** - Certo. É verdade. Então a resposta
363 ao ofício deve ser cobrada, porque oficialmente não foi
364 respondido, então a resposta ao ofício deve ser cobrada. E o
365 segundo ponto: como a situação é um pouco mais grave que do caso
366 da Assembléia Legislativa e nós já adotamos essa providência, e
367 diante desse levantamento que foi feito aqui e que cada um dos
368 senhores têm em mãos também, eu sugiro e aí eu ponha para

369 deliberação para que seja tomada a mesma atitude em relação aos
370 demais faltantes que se enquadrem nas situações que a norma
371 assim determina: duas reuniões injustificadas ou três
372 justificadas. Nós temos aqui a Secretaria da Fazenda com quatro
373 faltas justificadas e uma injustificada. Nós temos aqui a
374 SECITECE com três faltas injustificadas. PJMA deve ser
375 Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, é isso? No caso da PGJ
376 ela é a Presidente do Conselho, e nesse caso eu sempre a
377 substituo, por conta disso é que... **Dra. Vanja Fontenele Pontes**
378 - E há previsão no Regimento que nas ausências da Presidente o
379 Vice substitui, porque querer que o Procurador-Geral esteja aqui
380 toda... É difícil. **Dr. Germano Vieira da Silva** - O prejuízo é o
381 seguinte: muitas vezes a gente vem para essas reuniões e muitas
382 vezes não tem quorum, porque há ausência realmente
383 injustificada, e isso está realmente prejudicando o trabalho do
384 Conselho. Um outro assunto que eu acho que merece discussão
385 aqui, é também a questão do horário, porque por exemplo hoje...
386 **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - O colega da Promotoria do Meio
387 Ambiente estava aqui. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Exato. **Dra.**
388 **Vanja Fontenele Pontes** - E ele teve que ir embora. **Maria Ivonete**
389 **Batista Albuquerque** - Ele pediu que constasse na ata. **Dr.**
390 **Germano Vieira da Silva** - Exato. **Dra. Anna Christina Linhares**
391 **Freire de Moraes** - O meu atraso desde que eu fui comunicada que
392 haveria essa reunião... Hoje eu comuniquei que chegaria atrasada
393 pois deveria estar no PROCON às 8:30h, e não tem como eu estar
394 em dois lugares ao mesmo tempo, não é? Há uma semana eu aviso a
395 Ivonete que pode contar comigo no quorum, mas eu ia me atrasar.
396 **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Eu acho que esses atrasos assim,
397 eles não inviabilizam. O que nós precisamos é do compromisso de
398 todos que estejam aqui para realmente dar seguimento às
399 tramitações. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Eu vou sugerir Dra.
400 Vanja o seguinte aqui: o que ocorre conosco na Procuradoria
401 Geral do Estado, quando eu tenho uma audiência ou estou de
402 férias ou por algum motivo eu não posso vir, há uma substituição
403 imediata. Por exemplo: acho que no mês de julho eu não pude vir,
404 veio um colega meu me substituindo. Então, é uma sugestão até
405 lógica, porque é o seguinte: nós todos vemos que em cada um dos
406 membros que nós representamos. Nós não somos os próprios
407 representados. Então, no momento em que... Quem precisa ser
408 representado aqui é a instituição. É o DECON, a SEFAZ,
409 Procuradoria do Meio Ambiente. Então, eu sugiro para que seja
410 visto isto nos órgãos. No caso a Doutora não poder vir, já não
411 viria. Tem uma audiência, não viria. **Dra. Anna Christina**
412 **Linhares Freire de Moraes** - Eu não tenho ninguém lá que possa
413 vir. **Dr. Germano Vieira da Silva** - O órgão tem que tomar uma
414 atitude. **Dra. Anna Christina Linhares Freire de Moraes** - Eu sou

415 suplente do Secretário, e não tem nenhuma pessoa que possa vir.
416 E hoje está tendo outra reunião na SEPLAG, e é para eu estar nas
417 três. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - A minha sugestão era que o
418 Secretário cedesse a titularidade para você e fosse nomeado um
419 suplente, porque o Secretário nunca vem, não é? **Dra. Anna**
420 **Christina Linhares Freire de Moraes** - Não só eu. **Dra. Nádia**
421 **Costa Maia** - Se você ficasse como titular poderia colocar outrem
422 como suplente. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Isso. **Dr. Carlo**
423 **Ferrentini Sampaio** - Mas isso já não faz parte do processo? Isso
424 já não é assim? Eu pelo menos quando sei que vou faltar, eu faço
425 a designação para outra pessoa. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** -
426 Ela está dizendo que lá não é assim. Ela acabou de dizer que lá
427 não é assim. **Dra. Anna Christina Linhares Freire de Moraes** - Lá
428 não está funcionando assim. Lá não tem pessoas com vínculo. **Dr.**
429 **Carlos Ferrentini Sampaio** - É o mesmo caso da minha. Aliás, eu
430 acho que é uma preparação para o futuro que a tendência é essa:
431 você cada vez vínculo você terá. Se a gente não trabalhar esse
432 tipo de problema, vamos morrer por falta de representante. **Dr.**
433 **Germano Vieira da Silva** - Vejam só, pessoal, eu acho que essa é
434 uma situação fácil de resolver, por quê? Porque é uma situação
435 que diz respeito ao Conselho. Nós é que temos que decidir isso.
436 Há uma situação que está nos prejudicando e que nós mesmos
437 podemos resolvê-la, certo? A sugestão da Dra. Vanja é por demais
438 razoável. Vejam só: no caso da nossa colega, nós já conhecemos e
439 sabemos da sua vontade de participar, da sua diligência. Todos
440 nós aqui temos interesse, tanto é verdade que ressaltados alguns
441 casos nós todos sempre estamos aqui. Nós enquanto
442 representantes, estamos aqui, certo? Mas vejamos: digo e repito
443 - nós representamos e a responsabilidade é do representado. A
444 Secretaria da Cultura ela tem que viabilizar essa representação.
445 Então, nada mais razoável do que o titular no caso o Secretário
446 ou Secretária seja comunicada oficialmente de que providencie
447 uma solução para esse problema, no caso, seria uma sugestão: a
448 titular e uma suplente ou um suplente, porque isso acaba que o
449 representado está jogando a responsabilidade para o
450 representante, e isso não existe, não é isso? Eu penso que nós
451 inclusive podemos deliberar que seria uma decisão do Conselho,
452 oficializar o representado, no caso, a Secretaria ou a
453 instituição, cada um dos casos que isso está ocorrendo, como é o
454 caso da Secretaria da Cultura que estamos vendo que está
455 ocorrendo agora. Existe um titular que é o Secretário, que
456 ele... Também não é interessante que nós exijamos que ele esteja
457 aqui. Da mesma forma que a Procuradoria Geral de Justiça, a
458 Procuradora, o Procurador Geral do Estado, não é isso? Então não
459 é razoável. Claro que não é razoável. Que haja um titular e um
460 suplente que na falta de um o outro venha. Outra questão que

461 vocês falaram ai agora a pouco, é a de que não há pessoas com
462 vínculo. É público e notório que nos estados, nos municípios,
463 não diria na união, mas nos estados e municípios uma boa parte
464 do funcionalismo não tem vínculo estatutário. É uma pena. Isso
465 não poderia ocorrer. É uma pena, mas ocorre. Não tem vínculo
466 estatutário, mas tem vínculo seja ele qual for. **Dra. Vanja**
467 **Fontenele Pontes** - E eu tenho a impressão que os órgãos públicos
468 ainda teem um número de servidores com vínculo. Acho que essa é
469 uma questão para o futuro. Não é exatamente agora a nossa
470 demanda. Isso é para o futuro, a tendência é que nós servidores
471 públicos desapareçamos, não é? Mas eu acho que agora nesse
472 momento, pelo menos eu acho que ainda tem. **Dra. Anna Christina**
473 **Linhares Freire de Moraes** - Dr. Germano, vale ressaltar que a
474 minha nomeação até os dias atuais eu não tenho nenhuma falta.
475 Atraso-me, meia hora, quarenta minutos, mas eu chego. **Dr.**
476 **Germano Vieira da Silva** - Claro, e é isso que eu estou
477 ressaltando. Por exemplo... **Dra. Nádia Costa Maia** - E é por isso
478 que se houvesse a mudança de titularidade no seu caso... Eu te
479 confesso que quando eu recebi a lista eu até brinquei: todos têm
480 suplentes, menos eu. E, em sendo assim, eu não posso viajar, não
481 posso ir para Brasília. Eu já pedi a um colega que me
482 representasse hoje e amanhã num evento em Brasília porque eu não
483 queria perder a primeira reunião do FDID em que eu deveria estar
484 presente, embora eu saiba e tenho visto que a Secretaria
485 Executiva do DECON esteve presente em todas as reuniões, pode
486 haver no futuro uma necessidade de suplência. Este problema eu
487 também já tinha identificado, internamente, e dito: eu já sei
488 que eu vou pedir a um colega que fique em *standby*, que se algo
489 acontecer, ele assuma. Justamente pela sua situação é que seria
490 importante que você ficasse como titular, mas a gente falha como
491 ser humano. A gente adocece, tira férias. O importante é que haja
492 uma continuidade da instituição independente da pessoa física. É
493 a instituição que está ali. Por isso é importante esta
494 colocação. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Senhores membros vamos
495 tentar agilizar aqui. Temos algumas questões a deliberar.
496 Primeiro: a questão do grupo. O grupo hoje será formado, e aí eu
497 quero que nós deliberemos a respeito. O grupo hoje vai ser
498 formado pelo DECON, SESA que já está, e permanece a SECULT? **Dra.**
499 **Rimena Alves Praciano** - Eu gostaria de ressaltar que na minha
500 opinião, eu penso, que na última reunião de dezembro e do ano, a
501 gente já tem que trazer uma minuta que seja. Então quem se
502 comprometer a participar que tenha essa disponibilidade de tempo
503 para a gente formalizar esse compromisso com o Conselho de
504 trazer esse material para aprovação. **Dra. Nádia Costa Maia** -
505 Concordo. Eu tenho uma casa para vocês. Eu mando deixar, buscar
506 e ainda providencio o lanche. **Maria Ivonete Batista Albuquerque**

507 - Desculpe-me, o outro representante era da SECITECE e não da
508 SECULT. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Pergunto se a SECULT
509 aceita o encargo. **Dra. Anna Christina Linhares Freire de Moraes**
510 - Aceito. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - A SECITECE está
511 presente. **Dr. Germano Vieira da Silva** - A SECITECE se desonera
512 ou... **Dra. Stela Silva Ponte Soares** - Eu estou representando a
513 Dra. Marilene. A Marilene na verdade... O Dr. René é o titular e
514 ela é a suplente, e eu estou representando a suplente. **Dra.**
515 **Vanja Fontenele Pontes** - Ela não pode nem votar que ele não é
516 suplente. **Dra. Stela Silvia Ponte Soares** - Eu vim com a
517 autorização, mas eu não tenho autonomia para dizer se ela vai
518 continuar no grupo ou não. Eu não me acho assim... **Dra. Vanja**
519 **Fontenele Pontes** - Só uma questão de ordem. O Regimento autoriza
520 que uma pessoa com uma autorização formal possa votar? É só para
521 a gente ter organização, não é? Porque a gente tem que seguir as
522 regras, as normas do Regimento. Então, é preciso, inclusive, que
523 a pessoa... **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - Só um minuto
524 Dra. Vanja. Lá no Regimento, o art. 9º diz o seguinte: "*Na*
525 *hipótese de impedimento dos titulares e respectivos suplentes,*
526 *os membros do Conselho Estadual Gestor do FDID poderão designar*
527 *representante por escrito para a reunião específica do*
528 *Colegiado, com direito a voto*". **Dra. Vanja Fontenele Pontes** -
529 Então pronto. Está resolvido. Era só uma questão... Então está
530 resolvido. Era só isso que eu queria saber. Então ela pode dizer
531 se a SECITECE permanece ou se a SECITECE se desonera, não é?
532 **Dra. Nádia Costa Maia** - Do ponto de vista regimental sim. **Dr.**
533 **Carlo Ferrentini Sampaio** - Agora a pessoa nomeada, obviamente,
534 tem que ser uma pessoa representante do Estado, não pode ser um
535 terceiro, não é? Não é um terceirizado. **Dra. Rimena Alves**
536 **Praciano** - Pelo que ela leu aí, é qualquer pessoa. Eu entendi
537 assim. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Eu também entendi assim.
538 Qualquer pessoa. Até uma pessoa que passa no meio da rua... **Dra.**
539 **Rimena Alves Praciano** - Que venha com um ofício... **Dra. Nádia**
540 **Costa Maia** - Mas diz que é para a reunião específica. **Dr. Carlo**
541 **Ferrentini Maia** - Para uma reunião específica. **Dra. Nádia Costa**
542 **Maia** - a única ressalva é essa. Pronto deu para ler aqui: "*Na*
543 *hipótese de impedimento dos titulares e respectivos suplentes,*
544 *os membros do Conselho Estadual Gestor do FDID poderão designar*
545 *representante por escrito para a reunião específica do*
546 *Colegiado, com direito a voto*". **Dr. Carlo Ferrentini Sampaio** -
547 Agora, a específica aí, entende-se como reuniões
548 extraordinárias? **Dr. Germano Vieira da Silva** - É a que vai
549 haver. **Dra. Nádia Costa Maia** - Aí é *lato sensu*. Uma reunião
550 específica, ou seja, aquela representação só tem poder naquela
551 reunião específica. Ela não pode ser para tantas e tantas
552 reuniões. **Dra. Stela Silvia Ponte Soares** - Se eu vier outra vez,

553 eu tenho que trazer outro ofício. **Dr. Carlo Ferrentini Sampaio** -
554 Cada vez que você vier tem que trazer um ofício. **Maria Ivonete**
555 **Batista Albuquerque** - No ofício ele coloca que fulano de tal vai
556 representá-lo na 49ª Reunião... **Dr. Antônio Geovânio Saraiva**
557 **Taveira** - É bem específico. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Para o
558 ato. Então, falta a senhora se manifestar. **Dra. Stela Silvia**
559 **Ponte Soares** - A pergunta seria se a SECITECE abriria mão... **Dr.**
560 **Germano Vieira da Silva** - Para a SECULT. **Dra. Stela Silvia Ponte**
561 **Soares** - Está certo. Eu acho isso tão pessoal, apesar de eu
562 estar... A Marilene é muito ocupada, e em outra oportunidade ela
563 entrará, não é? **Dr. Germano Vieira da Silva** - Então eu vou fazer
564 aqui a contrário *sensu*. Pergunto se alguém é contra a formação
565 desse grupo de trabalho com esses representantes. Está aprovado?
566 E o prazo para a apresentação da minuta seria a próxima reunião?
567 **Dra. Rimena Alves Praciano** - É o jeito, porque é a última
568 reunião. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Há deliberação nesse
569 sentido, não é isso? Só um esclarecimento: como é um grupo de
570 trabalho, esse grupo tem autonomia para conversar entre os seus
571 membros e resolver quando se reunirá ou não. O importante é que
572 a minuta seja até a próxima reunião. **Dra. Nádia Costa Maia** - A
573 Ivonete vai nos fazer a gentileza de fazer o cruzamento de
574 dados. Tu mandas todos os meus dados pessoais: telefone de casa,
575 está autorizada a dar tudo para as meninas para a gente poder
576 nos contactar. **Dr. Carlo Ferrentini Sampaio** - Eu quero dar uma
577 sugestão aqui: a próxima reunião seria no dia 16, seria isso
578 criteriosamente? **Dra. Rimena Alves Praciano** - Do mês de
579 dezembro? Não é na segunda segunda-feira? **Dr. Carlo Ferrentini**
580 **Sampaio** - Ai a sugestão é: se a gente não conseguir trazer essa
581 minuta, teremos que fazer uma reunião extraordinária. Teremos
582 tempo para isso? Na semana seguinte muita gente já viaja... **Dra.**
583 **Vanja Fontenele Pontes** - Elas trazem. São três meninas
584 efficientíssimas. **Dr. Carlo Ferrentini Sampaio** - Não,
585 simplesmente eu estou querendo discutir o processo. Só estou
586 querendo discutir o processo para saber se é possível propor
587 alguma coisa. De fazermos uma reunião extraordinária antes da
588 ordinária, que seria no começo do mês, e a reunião para a
589 aprovação efetivamente seria no final... **Dr. Germano Vieira da**
590 **Silva** - É melhor. Nesse caso nós também ficamos refém do grupo.
591 O grupo é que tem que dizer quando será essa reunião. **Maria**
592 **Ivonete Batista Albuquerque** - Tem de comunicar antes por conta
593 do espaço. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - É mais qualquer coisa
594 faz lá em baixo, na Escola Superior se for preciso. **Dra. Nádia**
595 **Costa Maia** - Não há de ser por falta de espaço. **Dr. Germano**
596 **Vieira da Silva** - O importante é que o grupo de forma autônoma
597 decida sobre isso. Eu acho que na primeira segunda-feira do mês
598 de dezembro, aí comunicaria com antecedência a Ivonete para ela

599 convocar os membros, não é isso? **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - A
600 Dra. Sheila não está aqui e eu a estou representando, mas eu
601 assumo compromisso de na falta dela eu estar presente. **Dr.**
602 **Germano Vieira da Silva** - Então está deliberado dessa forma. O
603 grupo de trabalho formado... **Dra. Rimena Alves Praciano** - Eu
604 quero acrescentar que é importante a presença da Secretaria
605 Executiva nesse grupo de trabalho. Nós queremos contar com ela.
606 **Dr. Germano Vieira da Silva** - Sim, claro, claro. Não se desonere
607 do encargo, viu Ivonete. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Eu
608 gostaria de contar no grupo de trabalho com a Secretaria
609 Executiva aqui do Fundo, a Dra. Ivonete. Ela precisa fazer parte
610 da comissão. **Dr. Germano Vieira da Silva** - O grupo de trabalho
611 formado com o DECON, SESA e SECULT. Então, entrega da minuta com
612 antecedência em relação à reunião ordinária para viabilizar uma
613 reunião extraordinária. Então isto já está posto. Outro ponto
614 que estava relacionado com aquilo que a gente discutiu no
615 início, é a questão de quem... Dessas ausências injustificadas.
616 Então também a contrário *sensu*. Pergunto se alguém é contra para
617 que a gente delibere sobre isso. Se alguém é contra, que se
618 adote a mesma providência que foi adotada pela Assembléia
619 legislativa em relação aos outros casos. Que seja oficiado o
620 titular do órgão, da entidade falando sobre a ausência, sobre a
621 situação em si, e pedindo a nomeação e substituição de pessoas
622 que realmente possam vir. Pergunto se alguém é contra. **Dra.**
623 **Nádia Costa Maia** - Eu só para recordar o art. 11 do nosso
624 Regimento diz assim: "será afastado, mediante prévia comunicação
625 ao órgão que representa, o Suplente que faltar a duas reuniões
626 injustificadas ou três justificadas, no período de um ano".
627 Assim, nós estaríamos apenas dando apenas cumprimento ao
628 Regimento. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Claro. Exato. **Dra.**
629 **Rimena Alves Praciano** - É bom que o Conselho seja mais rígido em
630 relação à assiduidade de seus componentes. **Dra. Nádia Costa Maia**
631 - De modo isonômico o mesmo tratamento dado a todos que na mesma
632 situação se encontrarem. **Dra. Stela Silvia Ponte Soares** - Até
633 porque isso aí, eu participo de outros Conselhos e a gente não
634 pode faltar se justificar, porque realmente... **Dr. Germano**
635 **Vieira da Silva** - Então como nós somos Conselho e eu não posso
636 deliberar isso sozinho, eu pergunto se alguém é contra, porque
637 nesse caso será oficiado o titular do órgão, da entidade, já
638 informando no caso dessa deliberação do Conselho que o
639 representante está afastado e que nomeie ou substitua por outra
640 pessoa com titulares e suplentes que possam realmente vir. Está
641 aprovada dessa forma? Então Ivonete, vamos providenciar o ofício
642 da mesma forma que para a Assembleia. Só para a gente encerrar
643 antes da palavra facultada ao final. Há uma Resolução do
644 Conselho que as reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas

na sede da Procuradoria Geral de Justiça, e fala inclusive o horário que será às 9 horas da manhã, nas segundas segundas-feiras de cada mês, e que há uma tolerância de 15 minutos. Por conta disso é que o colega da Promotoria do Meio Ambiente ele se ausentou por conta desse prazo, certo? Sei que nós todos temos muitas dificuldades, o trânsito realmente é difícil, mas precisamos ter esse compromisso. Num dado momento pode até inviabilizar a formação do Conselho. Hoje, por exemplo, não fosse a nossa colega da SECULT não teríamos quorum. Só mais tarde com a nossa colega da SECULT. Mas o fato é que isso realmente prejudica o funcionamento do Conselho. Então, vamos ter esse compromisso para que funcione regularmente, para nós não precisarmos esperar demais aqui. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Presidente, eu gostaria de sugerir que esta cópia da Resolução publicada no Diário da Justiça fosse anexa ao ofício para as Instituições. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Sim, claro, vamos mandar. Então eu faculto a palavra ao membro que queira se manifestar sobre qualquer assunto que ache interessante e relevante para a nossa discussão aqui, antes de encerrar. **Dr. Carlo Ferrentini Sampaio** - Eu ia falar sobre atrasos e, ao longo do tempo eu não vi muito... Nós tivemos aí muitas reuniões que me parece, sou fresco aqui neste processo do Conselho, mas tivemos algumas reuniões, se eu não me engano uma ou duas que foi por falta de quorum, não é? Mas assim o que mais atrapalha na verdade não é a falta de quorum muito menos os atrasos, porque acho que mal ou bem a gente consegue viabilizar e fechar. Por isso eu fico discutindo e batendo em cima de processos que eu acho que é importante a gente trabalhar em cima dos processos, que é tentar desburocratizar os processos. E acho também que em algum momento do próximo ano a gente poderia discutir de como é que poderíamos viabilizar os processos no que tange a parte de solicitação de projetos. Este ano tivemos uma quantidade muito grande de projetos solicitados, tivemos aí uma quantidade muito grande de projetos rejeitados, e por questões de erros de origem, enfim, erros de preenchimento e de documentação. A minha sugestão seria que pudéssemos transformar a parte de solicitação de projetos em um portal da web em que a gente colocasse todo esse processo inicial dentro da web com as críticas devidas ao preenchimento dos campos. Isso a gente acabaria com esse trabalho nosso que eu acho enfadonho de analisar, levar, analisar, ver os erros, ou seja, tentar pegar ali as inconsistências, não só numéricas, mas inconsistências no preenchimento. Enfim, e que acho com um bom portalzinho o dinheiro que nós hoje temos para desenvolver uma estrutura interna da Secretaria, poderemos criar esse processo para podermos fazer a crítica que hoje nós não temos tempo de fazer.

691 É uma discussão, uma proposta para o ano que vem. **Dr. Germano**
692 **Vieira da Silva** - Isso poderia ser um projeto, não é? Projeto
693 para utilizar o próprio dinheiro do Fundo, para poder viabilizar
694 isso. **Dr. Carlo Ferrentini Sampaio** - Poderíamos, inclusive,
695 utilizar a estrutura do governo. Usar uma estrutura de governo,
696 não sei se há possibilidade para isso, mas um CGDT, estou
697 falando certo? Estou não é? Poderíamos tentar ver se a gente
698 conseguiria ver isso dentro da própria casa do estado. **Dra.**
699 **Vanja Fontenele Pontes** - Acho que não precisa dinheiro para isso
700 não. **Dr. Carlo Ferrentini Sampaio** - Não, precisa para
701 desenvolver... Existe licença de *software*, que precisa ser
702 comprada, e desenvolver alguma coisa não dentro da plataforma
703 que hoje o governo define, porque a plataforma, a plataforma
704 aberta é uma plataforma muito deficiente. Então se a gente
705 quiser atingir ao cliente que é lá na ponta, a gente precisa
706 entender como é que funciona nosso cliente para que ele possa
707 entrar numa página da *web*, preencher os dados, a coisa não fique
708 dando erro, erro, erro, se não a gente está criando uma
709 ferramenta que vai trabalhar contra a gente, não a nosso favor.
710 **Dra. Nádia Costa Maia** - Na verdade, é uma virtualização do
711 procedimento no papel que é uma economia tremenda. **Stela Silvia**
712 **Ponte Soares** - Inclusive a SEPLAG... **Dra. Rimena Alves Praciano**
713 - Mas olha, no caso de concurso público, como é aqui, é bom
714 lembrar que esse material tem que ficar aí disponível para
715 fiscalização... **Dra. Nádia Costa Maia** - O físico é
716 disponibilizado, mas para que a gente possa se comunicar de
717 forma mais ágil... **Dr. Carlo Fererentini Sampaio** - Eu digo esse
718 processo inicial de aplicação, crítica, essa coisa toda, você
719 poder disponibilizar. Depois disso, os projetos aprovados serão
720 todos impressos, assinados e oficializados. Não há problema. O
721 estado ainda trabalha com muito papel. Não pode abdicar disso.
722 Mas assim vamos tentar economizar aí e discutir um pouco o
723 processo de entrada, de aplicação, porque eu acho, inclusive,
724 que está distante, pois hoje é mais fácil você divulgar o *link* e
725 vincular nesse *link* o que efetivamente estamos vendendo, do que
726 propriamente passar o manual para a pessoa ler. O linguajar, o
727 linguajar também muito jurídico, não chegam a todas as.... **Dra.**
728 **Rimena Alves Praciano** - Embora exista o projeto de cinturão
729 digital no estado do ceará, eu não sei até que ponto a nossa
730 população específica do interior, onde a promotoria tem um braço
731 muito grande, mas a população não tem acesso a essa forma de
732 captação de recursos. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Não tem
733 tudo. Ainda não tem tudo. O Ceará não tem cobertura total. Ainda
734 não tem. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Mas a gente tem que pensar
735 nisso também. A Secretaria de Cultura na era espacial caminha no
736 escuro, mas hoje vamos adaptar ainda... **Dr. Carlo Ferrentini**

737 **Sampaio** - Na realidade a discussão aqui, você desculpa porque
738 estamos aqui calorosamente discutindo. Eu acho que isso não vai
739 ser resolvido em uma reunião. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** -
740 Claro. **Dr. Carlo Ferrentini Sampaio** - Eu estou lançando aqui uma
741 proposta. Eu acho que tem que haver um anteprojeto e um projeto
742 para se tocar isso adiante. Obviamente tem uma questão de
743 processo que deve ser discutida, tem milhões de coisas a serem
744 discutidas, mas acho que não é nessa alçada aqui que vamos
745 definir o melhor meio. Então passo a palavra aí. **Dra. Stela**
746 **Silvia Ponte** - Eu só queria dizer para vocês que a SEPLAG ela
747 está implantando a virtualização no contrato de gestão. E eles
748 com certeza têm um *know-how* nesse sentido aí, porque vai ser
749 virtualizado e a partir do momento que você bota imprimir, fecha
750 e não abre mais e o processo físico está lá. Vai ter o físico e
751 o virtual. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Mas o próprio governo
752 hoje a nível de ministério já se trabalha assim. **Dr. Carlos**
753 **Ferrentini Sampaio** - O importante é que nós temos recursos para
754 isso. Hoje se briga é por isso: falta de recursos. Nós temos
755 recursos, podemos gastar isso. **Dr. Germano Vieira da Silva** -
756 Para a gente avançar nessa idéia, eu proponho até a seguinte
757 sugestão: eu pessoalmente imagino que alguns de nós também não
758 temos conhecimento técnico a respeito do que nós queremos
759 viabilizar. No entanto, nós precisamos decidir aqui em relação a
760 gastos ou não. Então para frente, a gente ver uma das reuniões
761 aí que fosse convidado alguém, um técnico que trabalhe nisso e
762 que venha explanar para a gente a possibilidade e o modo
763 *operandi* desse novo recurso que a gente quer implementar. Porque
764 a partir daí a gente já poderia deliberar. Convidar alguém...
765 **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Fica para a próxima reunião essa
766 pauta. O item da pauta. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Exato.
767 **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Convidar uma pessoa da SEPLAG, uma
768 pessoa que possa vir para cá explanar isso para saber inclusive
769 se há necessidade realmente de se dispor de algum valor
770 financeiro ou se isso poderia ser cedido a título gratuito e
771 tal. Porque se puder ser a título gratuito, e se o estado já
772 dispuser da tecnologia que possa ceder para o FDID, porque
773 afinal de contas o FDID não é do Ministério Público, a
774 finalidade dele é para o estado como um todo, então era
775 importante que pudesse fazer isso. **Dra. Nádia Costa Maia** -
776 Embora não esteja falando pela Procuradora-Geral de Justiça
777 nesse aspecto, mas pelo próprio DECON eu posso falar, nós temos
778 nossos setores de TI aqui, eu traria o nosso diretor de
779 Tecnologia e Informática para ouvir também. Eu falaria e ele,
780 exporia qual é a idéia inicial, aí ele fica quietinho aqui e
781 escuta toda a questão, porque pode ser que a gente não
782 reconheça, mas ele identifique um *bug*, um pequeno probleminha

ATA DA 19ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 16 de novembro de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

operacional relativo a isso que a gente não identifique. Eu deixo-o aqui como ouvinte também, até para ele se tornar um consultor da gente na questão, não é? Nós temos diversos processos de virtualização que nós estamos lidando hoje no Ceará. Não só a nível administrativo, mas no Brasil inteiro, e existe uma certa linguagem específica e a necessidade de que se utilize uma linguagem... É o que eles chamam de um nomezinho e tem o código, codigozinho que se comunica com determinados órgãos. Então, a gestão federal se comunica numa determinada linguagem e a sua linguagem não pode ser compatível com aquela, que existe uma série de normatização. Ele já ajuda a gerir o nosso sistema SINDEC. Ele já tem alguma capacidade de interpretar esse entendimento. É só marcar o horário com o Wladimir e comigo também para a gente ter dois subsídios: ouvir e aprender. **Dra. Stela Silvia Ponte Soares** - Eu me comprometo a entregar a Ivonete o e-mail da pessoa da SEPLAG, pois eu estou fazendo esse treinamento e posso dar o contato. **Dr. Germano Vieira da Silva** - Ótimo. Pergunto se alguém mais quer se manifestar. Podemos encerrar? Então declaro encerrada essa reunião de hoje e obrigada pela presença de todos.

Germano Vieira da Silva
Vice-Presidente do CEG/FDID

Antonio Geovânio Saraiva Taveira
Conselheiro - CONPAM

Anna Christina Linhares Freire de Moraes
Conselheira - SECULT

Stela Silvia Ponte Soares
Conselheira - SECITECE

Rimena Alves Praciano
Conselheira - SESA

ATA DA 19ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 16 de novembro de 2011

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

Vanja Fontenele Pontes

Conselheira - **CAOMACE**

Nádia Costa Maia

Conselheira - **DECON**

Ana Mônica Filgueiras Menescal

Conselheira - **SEFAZ**

Carlo Ferrentini Sampaio

Conselheiro - **SETUR**